



► **SERÁ QUE A RESERVA
FEDERAL É UMA BURLA?**

▼ **QUEM?**

▶ A Reserva Federal.

□ **QUÊ?**

▶ Será a Reserva Federal uma burla ao povo Americano?

QUANDO?

▶ Desde 1913 até aos nossos dias.

ONDE?

▶ Estas afirmações proliferam na Internet e têm sido o mote para vários livros.

PORQUÊ?

▶ Se não houver controlo do povo Americano sobre o Sistema da Reserva Federal, então não há controlo sobre a quantidade de dinheiro das nações, o que torna todas as noções de liberdade e democracia numa piada cruel.

Mais provas e comentários em:

www.abovetopsecret.com/book/federalreserve



////////////////////////////////////
Quando a república dos Estados Unidos foi inicialmente fundada, no final do século dezoito, o maior objecto de desejo era a criação de um banco central. Não houve banco central até 1781.

Os primeiros colonos americanos imprimiram pequenas quantidades de dinheiro e estavam a prosperar. Benjamin Franklin explicou: “nas colónias, emitimos o nosso próprio dinheiro. Chama-se Colonial Script. Emitimo-lo nas quantidades adequadas às exigências do comércio e indústria, para facilitar a passagem de produtos dos produtores aos consumidores... Desta forma, ao criarmos a nossa própria moeda papel, controlamos o poder de compra e não temos interesse em pagar a ninguém”.

O Parlamento Inglês, a pedido do Banco de Inglaterra, travou esta prática. O Acto Monetário de 1764 proibia a impressão de dinheiro. Os colonos foram forçados a aceitar as notas associadas a juros, do Banco de Inglaterra. Franklin e outros afirmaram que isso estava a excluir o dinheiro livre de dívida, a causar uma depressão económica e a gerar desemprego, o que levou à Revolução Americana.

Os argumentos a favor e contra um banco central podem ser observados nos debates do Pais Fundadores Thomas Jefferson e Alexander Hamilton. Hamilton acreditava num forte governo central e num banco central, supervisionado por uma elite rica. Os apoiantes dos ideais elitistas de Hamilton formaram o primeiro partido político da América, os Federalistas. Hamilton descreveu uma vez como “uma ferramenta dos banqueiros internacionais”, argumentando que “uma dívida nacional, se não for excessiva, será uma bênção nacional”.

Jefferson sabia, da história da Europa, que um banco central poderia tornar-se rapidamente dono de uma nação. “Acredito since-



ramente... que os estabelecimentos bancários são mais perigosos do que exércitos armados; e que o princípio de gastar dinheiro para ser pago posteriormente, sob o nome de financiamento, é uma burla futurista de grande escala”, escreveu a John Taylor, em 1816, adicionando “Neste momento, já se ergueu uma aristocracia endinheirada... o poder de emissão deveria ser retirado dos bancos e restituído ao povo, a quem pertence por direito”.

Jefferson acreditava ainda que um banco central era inconstitucional. “Eu considero a fundação da Constituição assente nesta base: que todos os poderes não sejam delegados aos Estados Unidos, pela Constituição, nem proibidos por ela aos Estados, sejam reservados aos Estados ou ao Povo. Dar um passo além das fronteiras especialmente traçadas aos poderes do Congresso, é tomar posse de um campo incrível de poder, não mais susceptível de definição. A incorporação de um banco, e os poderes assumidos por esta nota, não foram, na minha opinião, delegados aos Estados Unidos, pela Constituição”.

Mas Hamilton e os seus amigos de fortuna ganharam. Mesmo antes do esboço da Constituição, foi criado o Banco da América do Norte, pelo congressista continental Robert Morris, em 1781. Morris tentou moldá-lo em banco central, convertendo o modelo do Banco de Inglaterra. Durou apenas três anos, tendo sido fechado por fraude notória e pela inflação gerada por uma moeda autorizada sem base (dinheiro declarado como a única unidade de troca oficial).

Hamilton não desistiu e em 1791 encabeçou uma nova tentativa de formar um banco central, ao estabelecer o Primeiro Banco dos EUA, uma jogada que encontrou forte oposição em Jefferson e nos seus seguidores.

Também o Primeiro Banco dos EUA era modelado no Banco de Inglaterra e criou uma parceria entre o governo e os juros bancários. Vinte por cento do capital do banco era obtido através do Governo Federal, enquanto que os restantes oitenta por cento eram entregues pelos investidores privados, incluindo estrangeiros como a família banqueira europeia Rothchild. Também este banco causou a inflação, devido à criação de notas de fracção da reserva. Os mercadores



de dinheiro prosperavam, enquanto que o cidadão médio sofria. Em 1811, quando a carta de 20 anos do banco carecia de renovação, foi rejeitada tanto no Senado, como no Congresso, por um voto.

Mas os custos da Guerra de 1812, juntamente com as condições financeiras caóticas, levaram o Congresso a emitir uma carta de 20 anos ao Segundo Banco dos EUA, em 1816. Este banco central acabou em 1836, após o Presidente Andrew Jackson ter vetado, em 1832, uma lei congressional para estender a carta, precipitando aquilo que veio a ficar conhecido como “Guerra Bancária”. Jackson, o primeiro Presidente da América de Oeste da Montanhas Apalchianas, denunciou que o banco central era inconstitucional, bem como “uma maldição à República; uma vez que foi calculado para criar à volta da Administração uma aristocracia com dinheiro, perigosa para as liberdades do país”. Pode não ser coincidência que a primeira tentativa de assassinato da América tenha sido feita em 1835, por um homem chamado Richard Lawrence, cujas pistolas falharam. Lawrence afirmava estar “em contacto com os poderes da Europa”.

Houve outras tentativas de ressuscitar um banco central, mas nenhuma foi bem sucedida até à criação do Sistema de Reserva Federal, em 1913, na sua essência, o Terceiro Banco dos EUA. Está bem documentado que a criação da Reserva Federal foi literalmente uma conspiração. Até 1980, a Reserva Federal nunca foi referida como um banco central. Mas hoje em dia, os noticiários chamam-lhe rotineiramente isto.

Este último esquema dos banqueiros surgiu após a retracção de uma série de novos empréstimos e a recusa em renovar os antigos, naquilo que ficou conhecido como “Pânico Bancário”, em 1873, 1893 e 1907. Foram estes pânicos forjados que levaram ao pedido de estabelecimento de um banco centralizado. Ainda assim, a ideia de um banco central era altamente impopular na altura, estando o povo acertadamente receoso de conferir todo o poder sobre o sistema monetário a uma única e central autoridade.

No despertar do Pânico Bancário de 1907, o Congresso criou a Comissão Monetária Nacional, cujo mandato tinha por objectivo dar



início ao programa que iria permitir uma completa reformulação do sistema bancário dos Estados Unidos. O líder republicano do Senado, Nelson Aldrich, perito financeiro, supervisionou a comissão. Aldrich estabeleceu também mais duas comissões – uma dedicada a estudar o sistema monetário americano em profundidade e outra destacada a analisar os sistemas de bancos centrais Europeus, fornecendo relatórios sobre as suas actividades.

Após uma revisão do sistema bancário da Alemanha, Aldrich ficou muito impressionado. Ele sabia agora que um banco central era preferível ao sistema de emissão de títulos que existia nos EUA, que ele havia defendido anteriormente.

Sem surpresa, uma banca centralizada encontrou grandes resistências por parte dos políticos da época, muitos dos quais estavam profundamente desconfiados da ideia de um banco central, tendo alguns destes homens acusado Aldrich de ser parcial, devido às suas profundas ligações a banqueiros ricos como J.P. Morgan, mas também pelo facto da sua filha ter casado com John D. Rockefeller Jr.

Em 1910, Aldrich e vários executivos que representavam os bancos de J.P. Morgan, Rockefeller, Kuhn, Loeb & Co., isolaram-se por dez dias na ilha de Jekyll, na Geórgia. Entre estes executivos estavam Frank Vanderlip, presidente do National Citi Bank de Nova Iorque; Henry Davison, antigo sócio sénior da J.P. Morgan & Company; Charles D. Norton, presidente do Primeiro Banco Nacional de Nova Iorque; e o coronel Edward House, que mais tarde se veio a tornar no conselheiro mais íntimo do Presidente Woodrow Wilson e fundador do controverso Conselho de Relações Exteriores.

No encontro da ilha de Jekyll, o banqueiro alemão Paul Warburg do Khun, Loeb & Company, dirigiu os trabalhos e foi praticamente o único responsável pela criação daquilo que viria a ser o Acto da Reserva Federal.

Na sua auto-biografia de 1935, intitulada *De Lavrador a Financiador*, Frank Vanderlip relembra alguns momentos da reunião da ilha de Jekyll: “fui tão furtivo quanto qualquer conspirador. A revelação, sabíamos, simplesmente não deveria ocorrer, caso contrário todo o nosso tempo e trabalho teria sido em vão. Se se soubesse



que o nosso grupo privado se encontrou e escreveu uma lei bancária, essa lei não teria qualquer hipótese de ser aprovada pelo Congresso. Acho que não é exagero mencionar a nossa reunião secreta na ilha de Jekyll como o momento da concepção daquilo que se tornou conhecido como o Sistema da Reserva Federal”.

Apesar do significado histórico inquestionável da reunião da ilha de Jekyll, todo o acontecimento foi escondido do público e mesmo do governo, até que um jornalista chamado Bertie Charles Forbes escreveu um artigo sobre a reunião, em 1916, três anos após o Acto da Reserva Federal ter sido aprovado.

Aldrich trabalhou vigorosamente para o estabelecimento de um banco privado que fosse em larga escala independente da supervisão e influência do Governo. Ao pressentir a forte oposição a que estaria sujeito, apresentou aquele que iria ficar conhecido como “Plano Aldrich”. Este plano visava o estabelecimento da Associação de Reserva Nacional, como sucessora da Comissão Monetária Nacional. Apesar da maioria dos Republicanos e dos banqueiros de Wall Street serem favoráveis ao Plano Aldrich, faltavam-lhe apoiantes para que fosse passado no Congresso. Aldrich era quase unanimemente visto como o epítome do “poder instituído de Este” e o seu plano foi fortemente criticado e ridicularizado pelos seus iguais de Sul e de Oeste, que perceberam que seriam predominantemente as famílias ricas e as grandes empresas que iriam gerir o país e que iriam controlar a Associação da Reserva Nacional.

Os Conservadores Democratas lutaram afincadamente por um sistema de reserva descentrado e controlado por privados, longe do alcance da mão pesada e dos vícios de Wall Street. O candidato presidencial Democrata do Nebraska, William Jennings Bryan, disse do plano: “os grandes investidores são a espinha do plano monetário de Aldrich”. Bryan percebeu, astutamente, que se o plano fosse aprovado, os grandes banqueiros estariam “no total controlo de tudo, através do controlo das finanças nacionais”.

Mesmo certos Republicanos se opuseram ao Plano de Aldrich. O senador Republicano Robert M. LaFollette e o representante Charles Lindberg Sénior, manifestaram-se contra o favoritismo que a proposta



concedia a Wall Street. “O Plano Aldrich é o Plano Wall Street. Considero que há um ‘Fundo de Confiança’”, disse Lindbergh, adicionando “O Plano Aldrich é apenas um esquema no interesse desse fundo”. Em resposta, o Comité bancário do Senado realizou aquilo a que se chamaram as “Audiências Pujo”, que convenceram firmemente a maior parte da população dos Estados Unidos, que o dinheiro da América já estava nas mãos de um punhado de eleitos, em Wall Street.

Foi emitido um relatório que afirmava em parte: “Se por ‘Fundo de Confiança’ se quer dizer uma identidade e comunidade de interesses bem estabelecidos e definidos, entre alguns líderes financeiros... O que resultou numa vasta e crescente concentração do controlo do dinheiro e do crédito nas mãos de poucos homens... a condição acima descrita existe hoje em dia, neste país”.

Para combater esta percepção, a Administração Nacional de Comércio nomeou Paul Warburg para liderar um comité com o intuito de convencer os Americanos a aceitarem o Plano Aldrich. O comité estabeleceu escritórios nos então 45 estados norte-americanos e começou a distribuir informação impressa sobre o banco central, o seu trabalho, políticas, ideias e ideais.

A influência política do recém-eleito Presidente Democrata Woodrow Wilson, juntamente com uma maioria Democrata no Congresso, levou a que o Plano Aldrich fosse renomeado como Acto da Reserva Federal, proposto pelo congressista Carter Glass, presidente do Comité Monetário e da Banca Nacional.

Astutamente, Aldrich e outros conjecturadores de Jekyll criaram uma oposição ruidosa a esta proposta, apesar de haver capítulos inteiros que eram idênticos ao Plano Aldrich.

Outro problema para os apoiantes desta proposta, era de que as primeiras sondagens indicavam que o Democrata Wilson não conseguiria derrotar o Republicano Howard Taft, que já tinha declarado opor-se a qualquer projecto de lei bancária. Numa manobra que já colheu frutos muitas vezes desde então, o antigo Presidente, o Republicano Theodore Roosevelt, foi convidado a apresentar-se como candidato de um terceiro partido, contando com



grandes quantias de dinheiro, proveniente do seu Partido Progressista, que por sua vez recebia dinheiro de dois investidores principais, ligados ao J. P. Morgan. O esquema funcionou bem. Roosevelt tirou votos a Taft, para que Wilson, que já se tinha comprometido assinar o Acto da Reserva Federal, fosse eleito por uma pequena margem.

“O meu receio é que quando o [próximo] colapso se verificar, os motins decorrentes forneçam a justificação perfeita para declarar Lei Marcial. A confiscação de ouro, tal como aconteceu nos anos 30, será a norma. Apesar de ser suficientemente fácil esconder ouro, não seremos capazes de o gastar sem nos arriscarmos às penas legais, de não o ter entregue às ‘reservas estratégicas’ do Governo. Não digo isto com frequência, mas a minha perspectiva do futuro é que seja muito débil. O espalhar de uma crise de crédito, as corridas aos maiores bancos, a inépcia do Governo, a apatia dos eleitores, a lista continua. Infelizmente, não vejo um bom desfecho para a nossa situação actual e acredito que as coisas tenham sido manipuladas para que assim fosse.”

Charles Lindbergh Sénior disse no Congresso, 24 horas antes da proposta ser aprovada: “esta é a proposta de Aldrich disfarçada. O pior crime legislativo de todos os tempos será perpetrado se esta proposta for aprovada. Os bancos irão ter o privilégio de distribuir o dinheiro e de cobrar tanto quanto quiserem. Esta é a mais estranha e perigosa vantagem jamais colocada nas mãos da classe privilegiada, por qualquer governo que jamais tenha existido. O sistema é privado. Não deveria haver nenhuma outra moeda, do que aquela emitida pelo Governo. As pessoas são o Governo. Assim,



o Governo deveria, como definido na Constituição, regular o valor do dinheiro”.

Depois de Wilson ter apresentado a sua proposta no Congresso, um grupo de congressistas democratas, liderados pelo representante Robert Henry, do Texas, revoltou-se e exigiu que o “Fundo de Confiança” fosse destruído, antes de poder apoiar as principais reformas monetárias. Os apoiantes de Henry opunham-se fortemente à ideia de bancos regionais terem de funcionar sem a protecção do Governo, da qual os principais bancos iriam certamente usufruir. O grupo quase conseguiu acabar com a proposta, mas foi levado pelas promessas de Wilson, em propor legislação que amenizasse a situação, após a aprovação da proposta.

Wilson assinou o Acto da Reserva Federal a 23 de Dezembro de 1913; apenas dois dias antes do Natal, com alguns dos congressistas ausentes e com a atenção do público obviamente desviada para outros assuntos. “O Congresso foi finto, iludido e ultrapassado por um enganador, mas brilhante, ataque psico-político”, comentou G. Edward Griffin, autor de *A Criatura da Ilha de Jekyll* (*The Creature from Jekyll Island*).

Frank Vanderlip, um dos frequentadores do encontro da ilha de Jekyll e presidente do National Citi Bank disse “apesar do Plano de Aldrich para a Reserva Federal ter sido derrotado enquanto envergava o nome de Aldrich, os seus pontos essenciais estão contidos no plano que foi adoptado, no fim”.

Mesmo o agrário William Jennings Bryan, que foi nomeado como secretário de Estado após ter desempenhado um papel fundamental na nomeação Democrata de Wilson, rapidamente ficou desiludido com este novo acto. Nas páginas da edição de Novembro de 1923 da *Hearst's Magazine*, Bryan escreveu: “O Banco da Reserva Federal, que deveria ser a maior protecção dos agricultores, tornou-se no seu maior inimigo”.

O Sistema da Reserva Federal é actualmente composto por 12 bancos da Reserva Federal, cada qual a servir uma secção do país, mas dominados pelo Banco da Reserva Federal de Nova Iorque, o “primeiro entre iguais”. Estes bancos são geridos por uma



Administração de Governadores, nomeada pelo Presidente e confirmada pelo Senado, geralmente um procedimento burocrático.

Hoje, a Administração de Governadores do Sistema da Reserva Federal é uma agência independente do Governo Federal. Esta Administração não recebe financiamento do Congresso. A Administração deve emitir um relatório anual de operações ao Orador da Casa de Representantes e está responsável pela formulação da política monetária. Também supervisiona e regula as operações dos Bancos de Reserva Federal e todo o sistema bancário dos EUA, em geral.

A crítica à Reserva Federal não é recente e alguns factos históricos reflectem as preocupações actuais. De facto, existem aqueles que acreditam que o Sistema da Reserva Federal está demasiadamente envolto em secretismo. As reuniões de alguns constituintes da Reserva Federal são mantidas à porta fechada, apontam os críticos, e as transcrições dessas mesmas reuniões raramente são divulgadas antes de um hiato temporal de pelo menos cinco anos.

William Greider, antigo editor assistente do *Washington Post*, escreveu no seu livro de 1987, *Segredos do Templo: Como a Reserva Federal Governa o País* (*Secrets of the Temple: How the Federal Reserve Runs the Country*): “para as mentes modernas, parecia bizarro pensar na Reserva Federal como uma instituição religiosa. Ainda assim, os teóricos da conspiração, no seu próprio jeito demente, estavam a par de algo real e importante... (A Reserva Federal) funcionava também no reino do religioso. Os seus misteriosos poderes para a criação de dinheiro, herdados dos seus antepassados sacerdotais, protegeram uma complexa malha de significados sociais e psicológicos. Com a sua própria forma de encanto secreto, a Reserva Federal presidiu a espantosos rituais sociais, transacções tão poderosas e assustadoras que pareciam estar para além da compreensão comum... Acima de tudo, o dinheiro tinha a função da fé. Requeria um consentimento social e universal que era deveras misterioso. Para criar dinheiro e usá-lo, cada um deve acreditar e todos devem acreditar. Apenas então, é que pedaços de papel sem valor, assumem a sua importância”.



Alguns procuraram penetrar no secretismo e compreender a verdadeira natureza da Reserva Federal, a sua história e verdadeiro propósito. Pelas suas descobertas, devemos dar atenção a Gary Allen e Larry Abraham que, no seu trabalho *Não se Atrevam a Chamar-lhe Conspiração (None Dare Call It Conspiracy)*, escreveram:

Para mostrar ao interior do país que eles iriam precisar de um sistema bancário central, os banqueiros internacionais criaram uma série de pânicos como demonstração do seu poder, um aviso daquilo que iria acontecer, a menos que o resto dos banqueiros alinhasse no esquema. O homem encarregue de orientar estas lições era J. Pierpoint Morgan, nascido na América, mas educado na Inglaterra e na Alemanha. Morgan é referenciado por muitos, incluindo o Congressista Louis McFadden (um banqueiro que liderou durante dez anos o Comité Monetário e da Banca Nacional), como o principal agente americano dos Rothchilds ingleses.

No virar de século, J.P. Morgan já era bastante experiente na criação artificial de pânicos. Tais assuntos foram bem coordenados. O Senador Robert Owen, um dos co-autores do Acto da Reserva Federal (que mais tarde viria a lamentar profundamente o seu papel nesta acção), testemunhou perante um comité congressional que o banco de que era proprietário recebeu da Associação Nacional de Banqueiros, aquela que ficou célebre como a “Circular de Pânico de 1893”. O documento solicitava que “retirem um terço da vossa circulação e revoguem metade dos vossos empréstimos”.

O historiador Frederick Lewis Allen relata na revista *Life*, de 25 de Abril de 1949, o papel de Morgan, na disseminação dos rumores da insolvência do Knickerbocker Bank e do Fundo de Confiança da América, cujos rumores despoletaram o pânico de 1907.

Será que foi Morgan quem precipitou o pânico? Oakleigh Thorne, o presidente da daquela empresa, testemunhou mais tarde, perante o comité do Congresso, que o seu banco apenas tinha sido



sujeito a levantamentos moderados, que não se candidatou a ajudas e que foi apenas a afirmação dele (Morgan), que causou a corrida ao banco. Foi a partir deste testemunho, juntamente com as medidas disciplinares implementadas contra os bancos Heinze, Morse e Thomas, para além de outros fragmentos de provas supostamente pertinentes, que certos cronistas chegaram à espantosa conclusão de que os interesses de Morgan se aproveitaram das condições instáveis do Outono de 1907 para gerar o pânico, orientando-o durante todo o processo, para eliminar bancos rivais e reforçar a proeminência de bancos próximos a Morgan.

Allen e Abraham lembram que “o ‘pânico’ que Morgan criou, foi por ele terminado, de forma quase isolada. Tinha mostrado o seu ponto de vista”. Frederick Allen explica: “a lição do Pânico de 1907 era clara, apesar de não ter sido incorporada na legislação americana antes de passarem seis anos: os Estados Unidos precisavam desesperadamente de um sistema de banco central”. Quando o Sistema de Reserva Federal foi implementado perante um público distraído, houve a garantia absoluta de que não haveria mais oscilações graves na economia nacional. Os homens que, nos bastidores estavam a mexer os cordelinhos para implementar o conceito de banco central, prometeram que daí para a frente apenas haveria lugar a um crescimento contínuo e uma prosperidade perpétua. Contudo, o congressista Charles A. Lindenberg Sênior afirmou: “a partir de agora, as depressões serão criadas cientificamente”.

De acordo com Allen e Abraham, “usar um banco central para criar períodos alternados de inflação e de deflação, iludindo o público com vastos lucros, tem sido desenvolvido pelos banqueiros internacionais, como uma ciência exacta. Tendo constituído a Reserva Federal como uma ferramenta para consolidar e controlar a riqueza, os banqueiros internacionais estão agora prontos para a matança. Entre 1923 e 1929, a Reserva Federal expandiu (inflacionou) a reserva de dinheiro em 62%. Muito deste dinheiro foi usado para licitar valores estrondosos na Bolsa”.



Allen e Abraham notaram que a Casa de Audiências para a Estabilidade do Dólar revelou, em 1928, que a Administração da Reserva Federal estava a trabalhar de forma próxima com os responsáveis dos bancos centrais Europeus. O Comité avisou que uma grande quebra tinha sido planeada em 1927. Num encontro secreto da Administração da Reserva Federal e dos chefes dos bancos centrais Europeus, alertava o comité, foi revelado que os banqueiros iam apertar as contas.

“Montagu Norman, governador do Banco da Inglaterra, veio a Washington a seis de Fevereiro de 1929, para conferenciar com Andrew Mellon, secretário do tesouro. A 11 de Novembro de 1927, o *Wall Street Journal* descreveu o Sr. Norman como o ‘ditador da moeda na Europa’. O professor Carroll Quigley realçou que Norman, numa confidência ao seu amigo próximo J. P. Morgan, admitiu: ‘tenho na palma das mãos, a hegemonia do mundo’. Imediatamente após a sua visita misteriosa, a Administração da Reserva Federal inverteu a sua política de dinheiro fácil e começou a aumentar as taxas. O balão, que tinha sido cheio constantemente durante quase sete anos, estava prestes a rebentar. A 24 de Outubro, isso aconteceu mesmo”, explicou Allen e Abraham.

No livro *As Políticas e Problemas Monetários não resolvidos dos Estados Unidos (The United States's Unresolved Monetary and Political Problems)*, William Bryan descreveu o que aconteceu de seguida: “Quando tudo estava pronto, os financiadores de Nova Iorque começaram a cobrar em 24 horas os empréstimos ao investimento na Bolsa. Isso significava que os corretores e os clientes tinham de vender as suas acções para pagar os empréstimos. Isso fez naturalmente com que o mercado da bolsa ruísse, trazendo o colapso bancário a todo o país, uma vez que os bancos que não estavam nas mãos da oligarquia, estavam severamente envolvidos no mercado bolsista, nessa altura. Os bancos rapidamente esgotaram as suas notas e moedas e tiveram de fechar. O Sistema de Reserva Federal não viria em seu auxílio, apesar de a lei dizer que deveriam manter uma política monetária flexível”.

Comentando tudo isto, Allen e Abraham disseram:



O público investidor, o que inclui a maior parte dos corretores e banqueiros, sofreram um golpe tremendo na quebra, mas não os envolvidos na Reserva Federal. Esses estavam ou fora do mercado, ou fizeram vendas a descoberto, tendo feito grandes fortunas quando o Dow Jones afundou. Para aqueles que estavam por dentro do assunto, um comentário de Paul Warburg foi o sinal indicador para vender. Esse sinal chegou a nove de Março de 1929, quando o Financial Chronicle citou o conselho de Warburg: “Se forem permitidas orgias de especulação sem limites, o colapso consequente irá trazer uma depressão que irá envolver todo o país”. Os atentos puderam depois comprar as suas acções de volta, com um desconto de 19% sobre os preços anteriores.

Pensar que a cientificamente preparada Quinta-Feira Negra de 1929 foi um acidente ou o resultado de estupidéz, desafia toda a lógica. Os banqueiros internacionais que promoveram as políticas de inflação e que espalharam a propaganda que engordou o mercado bolsista, representavam muitas gerações de conhecimento acumulado, para simplesmente terem caído na “Grande Depressão”.

Antes dos anos 30, as notas de papel podiam ser trocadas por ouro, uma vez que a Secção 10 da Constituição especifica que o ouro e a prata eram a única moeda oficial. As notas mais antigas da Reserva Federal continham a inscrição “...trocável por moeda oficial no Tesouro dos Estados Unidos ou em qualquer Banco da Reserva Federal”. O propósito original do dinheiro – o de representar bens e serviços tangíveis – foi esquecido, à medida que se foi instalando o termo “usura”, que significa cobrar juros sobre impostos. A usura já foi considerada pecado pelas igrejas Cristãs e até recentemente, a usura – definida como juros extremamente altos – era um crime punível com multa ou prisão.



O dinheiro hoje é cada vez mais limitado a um “beep” electrónico num computador, acedido através de um cartão de plástico, num Multibanco. Não existe um suporte físico. E contudo, este dinheiro ilusório é emprestado com taxas de juro, pelas grandes instituições. À medida que a quantidade total de dinheiro cresce, o seu valor decresce. Chama-se a isto inflação, com efeito, um imposto integrado do uso do dinheiro. E a inflação pode ser manipulada, para cima ou para baixo, por aqueles que controlam o fluxo do dinheiro em papel, ou destes caracteres electrónicos, num computador.

Apenas dois Presidentes dos EUA tentaram emitir dinheiro livre de juros: Abraham Lincoln, que imprimiu “Greenbacks” para financiar a sua guerra contra a rebelião de Sul; e John F. Kennedy, que em 1963 emitiu “Notas dos Estados Unidos”, através do Tesouro e não através da Reserva Federal. Pode não ser uma coincidência que ambos estes homens tenham sido baleados na cabeça, em locais públicos. Está comprovado que é um risco para a saúde da cabeça de alguém, mexer nos interesses dos banqueiros internacionais.

É altamente pertinente ter em conta a seguinte declaração do Congressista Louis McFadden, presidente do Comité Monetário e da Banca Nacional, que afirmou firmemente: “Não (a Grande Depressão) foi accidental. Foi cuidadosamente planeada. Os banqueiros internacionais procuraram introduzir uma condição de desespero, para que pudessem emergir como os governantes supremos”.

São palavras sábias para recordar, algumas décadas depois, num momento de crise de débito – tanto governamental como pessoal – um balão que tem vindo a ser cheio sobre uma economia vacilante, como é a dos EUA.

De facto, certos membros do fórum *AboveTopSecret.com* estão cientes de que algo semelhante possa vir a acontecer em breve, tal como evidenciado pelos vários comentários inseridos no site.

Se o propósito da Reserva Federal é o de equilibrar o orçamento, o de gerir a reserva nacional de dinheiro para benefício do povo, então a pergunta “será o Sistema de Reserva Federal uma burla?” apenas poderá ser respondida de uma forma: “sim”.